

TRIBUNAL PLENO – SESSÃO:20/10/2021

(GCDR-43)

72 TC-025538.989.20-3 (ref. TC-004546.989.18-7)

Requerente(s): Prefeitura Municipal de Monte Mor.

Assunto: Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Monte Mor, relativas ao exercício de 2018.

Responsável(is): Thiago Giatti Assis (Prefeito).

Em Julgamento: Pedido de Reexame interposto contra parecer prévio desfavorável à aprovação das contas, emitido pela E. Segunda Câmara e publicado no D.O.E. de 09-10-20.

Advogado(s): José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Evandra Zimerer Lopes (OAB/SP nº 131.930), Victor Franchi (OAB/SP nº 297.534) e outros.

Procurador(es) de Contas: Élidea Graziane Pinto.

Fiscalização atual: UR-3.

EMENTA: PEDIDO DE REEXAME. DESEQUILÍBRIO NA GESTÃO FISCAL. NÃO QUITAÇÃO DE PRECATÓRIOS DENTRO DO EXERCÍCIO. RECOLHIMENTO PARCIAL DE ENCARGOS SOCIAIS. NÃO PROVIMENTO.

1. RELATÓRIO

1.1. Em sessão de 01/09/2020, a Segunda Câmara¹ emitiu Parecer prévio desfavorável à aprovação das contas de 2018 da **PREFEITURA DE MONTE MOR**, Prefeito Sr. Thiago Giatti Assis.

Para assim concluir, considerou irregularidades no setor de finanças, encargos sociais associadas a impropriedades no pagamento de precatórios. No Parecer constaram, ainda, advertências ao Chefe do Executivo e determinações.

1.2. Inconformada, a Prefeitura Municipal de Monte Mor, por meio de seus procuradores, interpôs **Pedido de Reexame** (Evento 01) pleiteando emissão de novo Parecer, agora no sentido da aprovação das contas de 2018.

A Origem primeiramente informa que foi celebrado parcelamento em 63

¹ Pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, e Renato Martins Costa, Presidente, e do Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis.

parcelas mensais, por meio de Termo de Compromisso assinado em 10/09/2019, mediante depósito na conta vinculada ao TJSP, para pagamento de precatórios (Processo DEPRE nº 9000249-25.2015.8.26.0500/03). Esclarece ainda que a partir do mês de setembro de 2019 a Prefeitura iniciou os depósitos correspondentes ao percentual de 1% da RCL, cuja alíquota foi estabelecida a partir de janeiro de 2019 pelo E. TJSP.

Quanto à inadimplência dos encargos enfatizou que efetivou os acordos de parcelamentos previdenciários referentes ao Regime Próprio da Previdência Social – RPPS, e com o Regime Geral da Previdência Social – RGPS. Dessa forma, em seu entender, se adequou a Nota Técnica SDG de nº 135/17, de 17/05/2017. Elucida também que fora concedido ao Município o direito a obtenção da competente Certidão de Regularidade Previdenciária como prova de quitação de seus passivos.

Sobre o endividamento justifica que “... o aumento da dívida de curto prazo se deu por aumento de despesas obrigatórias, que não podem ser adiadas; já a dívida de longo prazo está atrelada a contratos de financiamento e parcelamento que vêm sendo honrados religiosamente por esta Gestão. Considerando todo o exposto, ao analisarmos a despesa realizada pelo Município resta claro o esforço da Municipalidade em contingenciar as despesas administrativas e até mesmo de investimentos, priorizando o atendimento direto da população, em áreas e serviços essenciais, como saúde, coleta de lixo, limpeza urbana e as atividades de segurança pública, cujos serviços foram crescentes nos últimos anos”.

Quanto aos resultados financeiro e orçamentário alega que o Município realizou todos os esforços em reduzir suas despesas, entretanto, o fez no limite de não prejudicar e comprometer o atendimento à população. No mesmo sentido, argumenta que recursos decorrentes de outras esferas - estadual e federal, tanto de transferências correntes e de capital, não tiveram recuperação até 2018, impactando na execução financeira.

1.3. As **Assessorias Técnicas**, secundadas por sua Chefia, manifestaram-se pelo conhecimento e **não provimento** do pedido de Reexame, mantendo-se o

Parecer Desfavorável (Eventos 22.1/22.3).

1.4. O **Ministério Público de Contas**, da mesma forma, entendeu que os argumentos não tiveram força para afastar o juízo desfavorável às contas. Concluiu, assim, pelo **não provimento** do pedido de reexame (Evento 27.1).

1.5. Foram apresentados também memoriais em sistema próprio deste Tribunal.

É o relatório.

2. VOTO PRELIMINAR

Pedido de Reexame em termos, **dele conheço**².

3. VOTO DE MÉRITO

De início verifico que não há qualquer documento juntado pelos recorrentes que comprove a alegada frustração das receitas advindas de transferências federais e estaduais.

Da mesma forma, o alegado esforço para dar continuidade à prestação de serviços públicos essenciais aos munícipes de Monte Mor, ratificado nos memoriais apresentados, não se mostra suficiente para justificar o cenário fiscal desfavorável verificado no caso dos presentes autos.

Para melhor esclarecer, relembro os números constantes do Parecer combatido. O Município registrou déficit orçamentário de - R\$ 7.187.550,53 (sete milhões e cento e oitenta e sete mil quinhentos e cinquenta reais e cinquenta e três centavos), equivalente a 3,76% do total das receitas. Destacando novamente que o exercício de 2018 é o sexto consecutivo com resultado orçamentário deficitário³, todos sob responsabilidade da mesma gestão, iniciada em 2013 e continuada em 2017.

Já o déficit financeiro atingiu o montante de R\$ 17.370.855,01 (dezessete milhões e trezentos e setenta mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e um centavo), valor superior a um mês de arrecadação com base na Receita Corrente Líquida⁴, portanto, acima do limite usualmente tolerado por este Tribunal. Por conseguinte, confirma-se, também, a situação de iliquidez frente aos compromissos de curto prazo, vez que dispunha de apenas R\$ 0,56 para cada R\$

² Decisão publicada em 09/10/2020 no Diário Oficial do Estado de São Paulo (TC4546.989.18, evento 224.1), recurso interposto aos 23/11/2020 (evento 1.0).

³ Resultados Orçamentários: -1,38% em 2013; -1,14% em 2014; -3,20% em 2015; -4,20% em 2016; -4,99 em 2017.

⁴ A RCL em dezembro de 2018 foi de R\$187.219 milhões, equivalente a R\$15.601 milhões por mês.

1,00 exigível.

Ratifico que os resultados negativos constatados só não foram maiores porque o Executivo local anulou empenhos liquidados, referentes a encargos sociais devidos à entidade previdenciária municipal, no valor de R\$ 15.648.640,55 (quinze milhões e seiscentos e quarenta e oito mil seiscentos e quarenta reais e cinquenta e cinco centavos), o que aumentaria o déficit financeiro para R\$ 33.019.495,56 (trinta e três milhões e dezenove mil quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos), valor este superior a dois meses de arrecadação.

Lembrando que a falta de recolhimento de encargos sociais é prática adotada pela Administração Municipal desde o exercício de 2014, tendo em vista os acordos de parcelamentos realizados tanto com o RPPS quando com o RGPS.

Importante observar que o montante devido ao RPPS e não pago no exercício totalizou, em 31/12/2018, R\$ 16.234.161,30 (dezesesseis milhões e duzentos e trinta e quatro mil cento e sessenta e um reais e trinta centavos), gerando acréscimos de multas e juros no significativo valor de R\$ 1.044.383,15 (um milhão e quarenta e quatro mil trezentos e oitenta e três reais e quinze centavos).

Ou seja, no caso concreto dos presentes autos, a posterior emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP não afasta as falhas constatadas em 2018 na gestão de seus encargos previdenciários.

Outro aspecto determinante para reprovação dos demonstrativos em primeiro grau foi o não pagamento de suas dívidas judiciais dentro do exercício. A informação trazida na peça recursal de que houve parcelamento, em 63 parcelas mensais, por meio de Termo de Compromisso assinado em 10/09/2019, não tem a capacidade de regularizar as impropriedades ocorridas no exercício, na medida em que afronta o princípio da anualidade.

Transcrevo trecho da decisão proferida em primeiro grau:

“A Prefeitura de Monte Mor adota o regime especial mensal de pagamento de precatórios... No entanto, nenhum depósito foi realizado durante o ano de 2018, o que levou o TJ-SP a determinar o sequestro do montante de

R\$1,838 milhão (um milhão, oitocentos e trinta e oito mil reais) das contas do Município, em abril de 2019.

Importante ressaltar, ainda, que ao contrário do afirmado pela defesa, a Receita Corrente Líquida do Município aumentou cerca de 10% no exercício⁵. Além do mais, é responsabilidade do gestor, enquanto executor do orçamento, garantir o pagamento das despesas obrigatórias, a exemplo dos precatórios e encargos sociais, ambos inadimplidos no exercício de 2018”

A configuração de saldo para o exercício seguinte, além de caracterizar violação ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, aumentou sua dívida de longo prazo e onerou as receitas ingressadas nos exercícios futuros.

Assim, diante do exposto e do que consta dos autos, acompanhando as manifestações das Assessorias Técnicas e do Ministério Público de Contas, **VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO PEDIDO DE REEXAME**, mantendo-se o Parecer Prévio desfavorável à aprovação das contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR**, exercício de 2018.

DIMAS RAMALHO
CONSELHEIRO

⁵ A RCL apurada em dezembro de 2017 foi de R\$169,279 milhões; em dezembro de 2018 foi de R\$187,219 milhões.